

## MELGAÇO (Castro Laboreiro)

A zona de Castro Laboreiro, no recanto noroeste do Alto Minho, conheceu ocupação desde tempos muito recuados, como se documenta por diversos monumentos megalíticos, alguns dos quais foram objeto de escavações arqueológicas. O castelo medieval ergue-se a uma cota absoluta de 991 m, no alto de um morro rochoso granítico com desníveis abruptos por quase todos os seus lados. Resta o acesso pela face sul, um pouco mais suave, embora de qualquer forma exigente.

As origens medievais de Castro Laboreiro estão pouco esclarecidas na documentação da época. Na *Vida* de S. Rosendo há uma referência ao Monte Laboreiro, que remonta aos tempos de Afonso III das Astúrias, mas que não nos assegura a existência de castelo. Um pretenso foral de 10 de fevereiro de 1134, cujo original desapareceu, mas que Gaspar Alvares de Lousada transcreveu, tem sido considerado uma falsificação, dadas as incongruências cronológicas dos seus subscritores. O Pe. Bernardo Pintor assim o demonstrou em estudo apresentado ao Congresso Histórico do Portugal Medieval, de Braga. Desta forma, a primeira referência documental segura que possuímos para o castelo remonta a 16 de abril de 1141, quando D. Afonso Henriques outorgou a carta de couto ao vizinho mosteiro de São Salvador de Paderne esclarecendo que o fazia em reconhecimento pelo auxílio que recebera da abadessa D. Elvira Sarracins, e da sua comunidade monástica, quando o monarca conquistara o castelo de Castro Laboreiro: *... et servitium fuit datum quando tomavit dominus rex castellum de Laborario ...* Os acontecimentos a que o monarca se reportava terão, por isso, ocorrido um pouco antes, talvez no inverno de 1140, no âmbito da investida de D. Fernando Eanes sobre a fronteira portuguesa do Minho, como sugeriu Augusto Botelho da Costa Veiga. Isso significa que o castelo já existia e que tinha sido tomado pelas forças leonesas, o que obrigou D. Afonso Henriques a empreender a campanha militar a que aludiu no diploma de abril de 1141. No reinado de D. Sancho I a povoação de Castro Laboreiro terá recebido foral, cujo exemplar também se perdeu, mas que se encontra referido nas Inquirições de 1258, tendo sido, de resto, confirmado por D. Afonso III. Esta confirmação, que também não chegou até nós, é mencionada no Foral Novo de D. Manuel I. Em 1212, no âmbito do conflito que opôs D. Afonso II a Afonso IX de Leão, o castelo de Castro Laboreiro foi de novo conquistado pelos exércitos do reino vizinho. É provável que estes eventos militares – os eventos de 1140-1141 e a campanha leonesa de 1212 – se tenham refletido na estrutura do castelo, obrigando a obras de restauro. A documentação medieval não o revela de forma explícita, mas sabemos que houve intervenções posteriores. Alguns autores registam uma inscrição, de 1145, referente a obras no castelo, a qual terá sido removida pelo Pe. Aníbal Rodrigues para o adro da Igreja de Nossa Senhora da Visitação. Mas a pedra era ilegível e a data não se confirma. No século XIII houve uma campanha de obras que conduziu à construção da torre de menagem. Alguns autores referem obras em 1290, em pleno reinado de D. Dinis, mas também estas não estão documentadas nem devidamente fundamentadas.

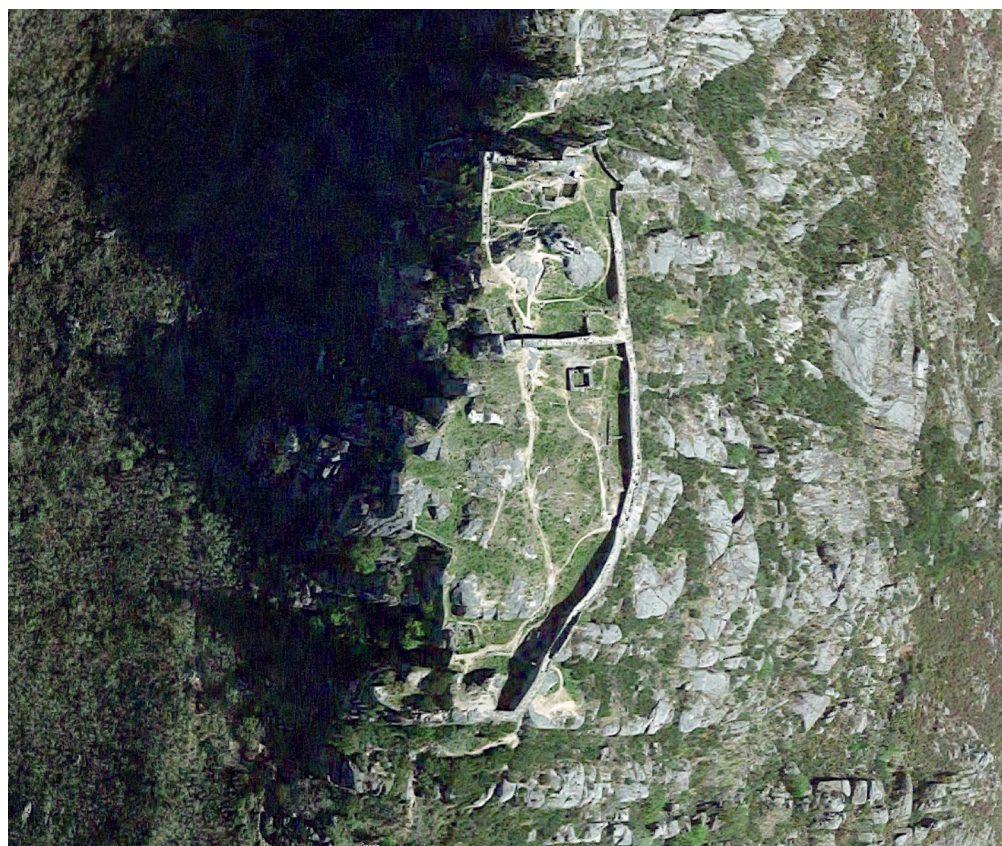
### *Castelo de Castro Laboreiro*

O CASTELO DE CASTRO LABOREIRO pertencia à terra de Valadares, por cuja tenência passaram diversos nobres das mais altas linhagens: maioritariamente dos senhores de Valadares, mas também dos de Tougue,

de Albuquerque, de Castro, de Sousa e de Baião. Em 18 de junho de 1357 D. Pedro I entregou os castelos de Melgaço e de Castro Laboreiro a Vasco Gomes de Abreu, que deles fez menagem ao rei. O castelo foi desenhado, em

1510, por Duarte de Armas, já na fase final do seu périplo pelos castelos raianos portugueses. No manuscrito de Madrid, em papel, provável livro de esboços do pintor régio, encontramos duas vistas do castelo, sem planta. No exemplar da Torre do Tombo, em pergaminho, encontram-se as duas vistas e uma planta da fortificação (que, como acontece com todos os outros casos, apenas contempla a parte militar do reduto muralhado, o castelo). Pouco tempo depois da passagem de Duarte de Armas, Castro Laboreiro recebeu Foral Novo de D. Manuel I, outorgado a 20 de novembro de 1513. Mas este foral já respeitava mais à povoação baixa, polarizada em torno da igreja de Santa Maria da Visitação, do que ao povoado que, outrora, se erguera, alcantilado, no alto do morro granítico. Em 1527 este já era descrito como abandonado, situação que se prolongou até ser reativado no âmbito da Guerra da Restauração. O acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa possui uma planta que nos revela o seu estado de conservação em 1650. Esta planta, como sugeriram João Carlos Garcia e Luís Miguel Moreira, talvez seja da autoria de Michel de Lescolle e tenha sido realizada por volta de 1658, embora a partir de um protótipo datado de 1650, uma vez que, neste ano, o engenheiro militar francês estava no Brasil. Na Biblioteca Pública de Évora conserva-se um mapa – a *Carta do Curso do Rio Minho que divide el Reino de Portugal de Galiza com las villas*

*castelos e lugares...* – datado de 20 de abril de 1652, onde a planta do castelo de Castro Laboreiro volta a ser incluída, muito provavelmente a partir do levantamento de 1650. Esta atenção reservada a Castro Laboreiro e ao seu castelo explica-se pela importância estratégica que a velha estrutura assumiu, depois de 1640, na defesa da raia seca. As movimentações em torno desta estrutura foram várias. João Carlos Garcia regista investidas em 1643, 1644, 1649, 1658, 1663... Em maio de 1666 foi tomado pelo general Baltazar Pantoja, tendo regressado à posse portuguesa pouco depois, na campanha dirigida por D. Francisco de Sousa, 3º Conde do Prado. Manteve guarnição até 1715, altura em que foi de novo abandonado. Em 1758, na *Topographia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raya Seca, Costa, Fortes da Província de Entre Douro e Minho*, da autoria de Gonçalo Luís da Silva Brandão, o castelo de Castro Laboreiro já é descrito em evidente estado de abandono: *Sobre hua serra inacessível está situado o tal castelo em for prolongada divizo em dous de pedra de cantaria. Não sei possa defender entrada nem passagem, e o prestimo que lhe julgo, he servir para ninhos de águias, onde há muitas, e covil de ladrões...* Nas Memórias Paroquiais desse ano descreve-se igualmente o abandono a que o castelo chegara: *esta terra não hé murada, nem hé praça de armas, somente tem hum castello antiquíssimo e se acham as cazas que dentro em si tem adonde habitavam os soldados e o guovernador do mesmo, todas*



Castelo de Castro Laboreiro. Vista aérea (Google Maps. Imagens ©2023 CNES / Airbus, IGP/DGRF, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2023)



Planta e alçado do castelo de Castro Laboreiro segundo desenho de 1650 (BNP, D-236. Imagem cedida pela BNP)

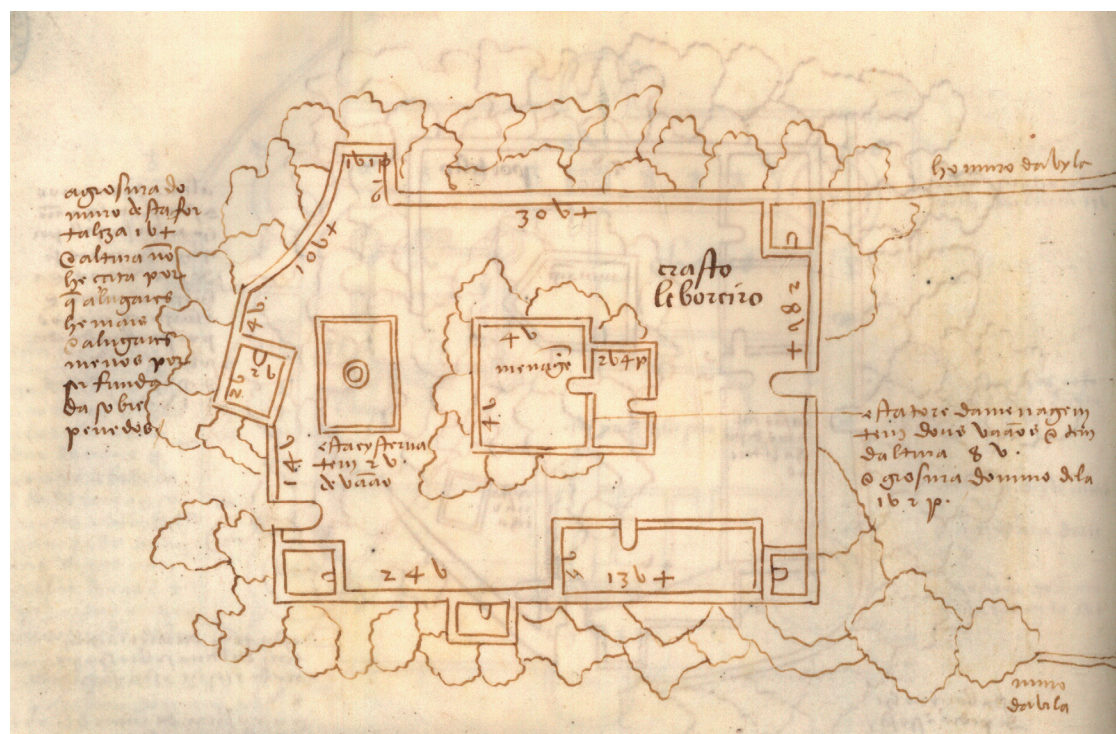


Vista do castelo de Castro Laboreiro nos inícios do século XVI, tomada de norte, segundo o Livro das Fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I (ANNT. Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159, fls. 102v-103. PT/TT/CF/159. Imagem cedida pelo ANTT)

arruinadas e sem portas e também se acha arruinada parte da muralha do dito castello. A partir de então foi desempenhando, de forma intermitente, funções militares. Foi desenhado por Custódio José Villas Boas, na *Descrição Topographica das Commarcas Fronteiras da Provincia do Minho*, datada de 1800. Ainda teve papel militar em 1801, na Guerra Peninsular.

Mas pouco depois, em 1809, foi definitivamente abandonado, entrando em rápido declínio.

A planta do castelo de Castro Laboreiro apresenta uma configuração irregular, adaptada ao espaço disponível. Nas suas medidas extremas, o castelo mede 134 x 33,5 m. O seu espaço encontra-se estruturado em dois recintos



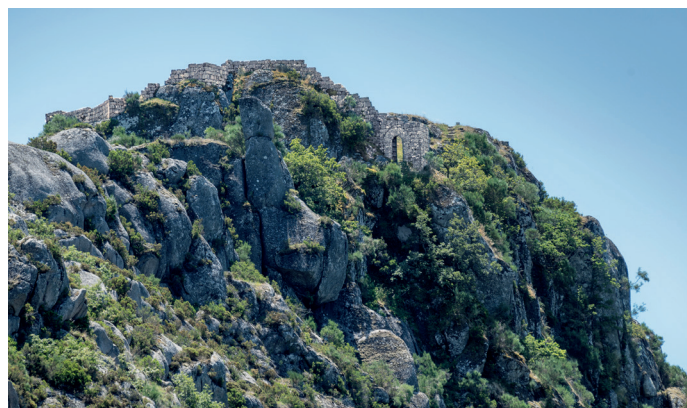
Planta do castelo de Castro Laboreiro nos inícios do século XVI, segundo o Livro das Fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I (ANTT. Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159, fl. 132v. PT/TT/CF/159. Imagem cedida pelo ANTT)

autónomos, separados entre si por uma muralha interna. A entrada faz-se pelo recinto sul, onde, no pano de muralha oriental, se rasga uma porta – a Porta do Sol – encaixada entre afloramentos e apoiada nestes. Com efeito, a ombreira direita da porta de ingresso foi talhada, na vertical, num afloramento rochoso, sobre o qual a porta e as suas aduelas se apoiam. Esta porta, munida de arco de volta perfeita, facultava acesso a um primeiro recinto, relativamente amplo, destinado à povoação civil. Este espaço, com cerca 87 m de comprimento máximo, é o mais irregular, tendo o seu perímetro moldado pelos afloramentos rochosos. Aqui se abrigou a primeira povoação de Castro Laboreiro, que foi distinguida pelo desaparecido Foral. A norte este espaço encerra com uma muralha retilínea que separa a povoação civil do reduto militar. Este recinto militar, com uma planta geométrica sub-retangular quase perfeita, ocupa uma área de 43,5 x 31,5 m (ou seja, com quase 1370 m<sup>2</sup>). A porta de comunicação entre o espaço civil e o reduto militar rasga-se a meio da muralha interna. Neste recinto militar sente-se uma particular atenção dispensada às questões do abastecimento de água, elemento fulcral em caso de assédio. Com efeito, no recinto militar são visíveis diversas estruturas escavadas em afloramentos, provavelmente destinadas ao armazenamento de água. São igualmente visíveis algumas estruturas murárias. No extremo noroeste deste recinto militar, voltada à atual povoação de Castro Laboreiro, rasga-se a *Porta da Traição*, popularmente conhecida como a *Porta do Sapo*, uma estreita abertura que garantia

acesso para a encosta mais íngreme do castelo, onde não se previa que fosse levantada operação de cerco. Sublinhe-mos que, na sua origem e em toda a sua estrutura, o castelo de Castro Laboreiro não apresentava qualquer torreão adossado. E que, mesmo quando, com a reforma gótica, a zona do reduto militar foi dotada de torreões angulares, eles se desenvolveram sempre para o interior do recinto e nunca para o seu exterior. Ou seja, nunca permitiram tiro flanqueado. Essa reforma gótica, na segunda metade do século XIII ou já no século XIV, foi responsável pela introdução da torre de menagem que, de acordo com alguns autores, terá ruído quando foi atingida por um raio, em 18 de novembro de 1659, que provocou a explosão do paiol de pólvora ali instalado. Duarte de Armas ainda a desenhou no seu *Livro das Fortalezas*, revelando que se tratava de uma torre de menagem munida de *machicoulis*, ou seja, rematada, na parte superior, com um parapeito corrido sustentado por cachorros, o qual permitia tiro vertical. Era, portanto, uma torre muito semelhante à vizinha torre de menagem do castelo de Melgaço, as duas provavelmente realizadas a partir do risco do mesmo mestre-arquiteto. Ao seu lado foi erguida, depois, uma capela. Foi, provavelmente, durante a campanha de obras da torre de menagem que se introduziram os mecanismos de defesa ativa neste castelo, os quais se plasmam no pequeno balcão com matacões que se sobrepunha à Porta da Traição, do qual ainda sobrevivem dois dos seus cachorros de apoio. A vista que Duarte de Armas tomou a partir de sul evidencia, de forma clara,



*Vista a partir do sudoeste.  
Em primeiro plano a muralha  
do recinto sul, no fundo a  
alcáçova militar*



*Vista geral do castelo de Castro Laboreiro a partir do norte*



*Sector sul do castelo a partir de a alcáçova militar*

*Porta de entrada principal (no sudeste), erguida entre e sobre afloramentos*



*Articulação da muralha com os afloramentos rochosos*





Muralha norte, com a Porta da Traição ou Porta do Sapo. Em primeiro plano as cisternas

como a muralha do recinto militar comandava os sistemas defensivos do povoado civil. Por seu turno, a vista tirada do lado norte mostra-nos, em primeiro plano, a Porta da Traição e revela-nos como o processo de transferência da população civil para o povoado de cota baixa já se tinha consumado. Com efeito, o desenho revela-nos várias casas que se agrupavam em baixo, em torno da Igreja de Santa Maria da Visitação, naquele que ainda hoje é o povoado que se identifica com o topónimo de Castro Laboreiro. Em 1527, quando se procedeu ao *Numeramento Geral do Reino*, diz-se que Castro Laboreiro tinha *hum castello sobre bua fragua erno povoado de gralhas*. Estaria, portanto, já abandonado.

A planta de 1650, que se conserva na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, revela-nos, na parte superior da folha, uma vista de cavalete do castelo, com os seus dois recintos alcandorados no alto dos afloramentos graníticos. E, ao centro, apresenta a planta da estrutura, tal como ela se apresentava nesses meados do século XVII: o recinto civil quase abandonado, com apenas três construções ainda em pé; e o recinto militar substancialmente mais ocupado, com 14 estruturas construídas, incluindo a Torre de Menagem (que, entretanto, desapareceu) e ao seu lado uma capela. Esta planta – ou o protótipo que lhe esteve na origem – deve ter servido para a planta inserida no mapa de 20 de abril de 1652, publicado e estudado por J.C. Garcia e L.M. Moreira. Abandonado, primeiro pela população

civil, depois, desde os inícios do século XIX (1809), pelo exército, o castelo conheceu um rápido declínio.

O castelo de Castro Laboreiro foi classificado como Monumento Nacional em 1944 (Decreto nº 33 587, publicado no DG, 1ª Série, nº 63, de 27 de março de 1944). Poucos anos volvidos começou a receber alguns trabalhos de restauro, sempre de pouca envergadura, essencialmente centrados na consolidação da muralha (em 1949, em 1957-58, em 1977-81, em 1994 e em 2005). Teve escavações arqueológicas, dirigidas por Roberto Leão, entre 1977 e 1980, cujos resultados nunca foram devidamente publicados.

Texto: MJB - Fotos: CG/ANTT/BNP

### Bibliografia

- ARMAS, D., 1997, fls. 102vº-103, 103vº-104 e 132vº; BARROCA, M.J., 2017b, pp. 144-146; BRANDÃO, G.L.S., 1758 (1994), fls. 16vº-17; CARVALHO, A., 1977, n.º 708, p. 119; CHANC. AF. IV, doc. n.º 15 (de 1357, junho, 18); DIAS, L.F.C., 1961-69, V, pp. 65-66; DMP, DR, doc. n.º 186 (de 1141, abril, 16); DOMINGUES, J., 2003; FREIRE, A.B., 1905, p. 246; GÁMEIRO, P.M., 2018, pp. 300-303; GARCIA, J.C. e MOREIRA, L.M., 2009, pp. 75-92; MEM. PAROQ. 1758 (2005), p. 151; PINTOR, M.A.B., 1965, pp. 151-162; PMH, INQ., p. 378; SIPA; VEIGA, A.B.C., 1940, pp. 79-87; VIDA S. ROSENDO, 1970, pp. 24-25.